

ENTRE CORPOS, MEMÓRIAS E DOCÊNCIAS: ESCRIVIVÊNCIAS DECOLONIAIS E INTERCULTURAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Luan de Jesus Oliveira¹
Marino da Silva Melo Neto²
Jonatan dos Santos Silva³

Resumo

O presente trabalho apresenta reflexões teórico-epistemológicas que integram a justificativa e a introdução de uma dissertação em construção no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física, na qual se pretende desenvolver uma intervenção pedagógica fundamentada na decolonialidade e na interculturalidade no contexto da Educação Física escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar como propostas pedagógicas orientadas por essas perspectivas podem produzir afetações, aprendizagens e ressignificações nas experiências corporais, identitárias e formativas de estudantes do Ensino Médio e do professor-pesquisador. O estudo adota a escrevivência como estratégia epistemológica, compreendida como forma de produção de conhecimento que articula memória, experiência e ancestralidade, especialmente nas trajetórias negras no campo educacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza interventiva e autobiográfica, que será desenvolvida em uma escola pública do interior da Bahia, no território de identidade do Vale do Jiquiriçá, articulando narrativas do professor-pesquisador, observação participante e construção de sequências didáticas orientadas pela decolonialidade e interculturalidade crítica. A problematização central parte da compreensão de que a Educação Física escolar, historicamente, esteve associada a projetos higienistas, militaristas e esportivistas, contribuindo para a normalização dos corpos e para a invisibilização de práticas corporais afro-brasileiras, indígenas e populares. Como horizonte formativo, a pesquisa busca contribuir para a valorização das identidades culturais, para a ampliação das concepções sobre cultura corporal e para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a educação das relações étnico-raciais. Compreende-se que a articulação entre escrevivência, decolonialidade e interculturalidade pode contribuir para a construção de uma Educação Física escolar mais democrática, crítica e socialmente referenciada, reconhecendo os corpos como territórios de memória, identidade e resistência.

Palavras-chave: Educação Física escolar; Decolonialidade; Interculturalidade; Escrevivência; Formação docente.

Introdução

A Educação Física escolar brasileira constitui-se historicamente como um campo de disputas epistemológicas, políticas e pedagógicas, sendo atravessada por diferentes projetos de

¹ Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho (UFPI) e Mestrando em Educação Física pelo PROEF/UESB. Professor de Educação Física da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). luanjesus7456@gmail.com.

² Licenciado em Educação Física (UESB). Membro do Grupo de Pesquisa CORPORHIS-UESB. 202011362@uesb.edu.br

³ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). Professor Adjunto no Departamento de Saúde I. (UESB). jonatan.silva@uesb.edu.br

sociedade e por concepções diversas acerca do corpo, do movimento e da formação humana. Desde sua institucionalização no sistema educacional brasileiro, a área esteve fortemente vinculada a perspectivas higienistas, militaristas e esportivistas que contribuíram para a consolidação de padrões normativos de corporalidade e comportamento social, operando como instrumento de regulação dos corpos e de reprodução de valores alinhados aos interesses da modernidade ocidental. Tal constituição histórica produziu efeitos duradouros na organização curricular da Educação Física, limitando o reconhecimento da pluralidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira e contribuindo para a marginalização de práticas corporais associadas às matrizes afro-brasileiras, indígenas e populares.

A compreensão desse processo exige a análise das relações entre educação, colonialidade e produção de saberes, uma vez que a escola, enquanto instituição social, não se configura como espaço neutro, mas como território de disputa simbólica e material no qual são produzidas e legitimadas determinadas formas de conhecimento e subjetivação. Nesse sentido, a colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), permite compreender como as estruturas coloniais continuam organizando as relações sociais contemporâneas, estabelecendo hierarquias raciais, culturais e epistemológicas que influenciam diretamente os processos educativos. No campo da Educação Física, essa lógica manifesta-se na valorização de práticas corporais vinculadas à tradição europeia e na invisibilização de manifestações culturais produzidas por grupos historicamente subalternizados.

As reflexões apresentadas neste trabalho integram a justificativa e a introdução de uma dissertação em construção vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Física, desenvolvida por um professor da educação básica e discente do referido programa. A pesquisa tem como propósito central desenvolver e analisar uma intervenção pedagógica fundamentada nos pressupostos da decolonialidade e da interculturalidade no contexto da Educação Física escolar no Ensino Médio, buscando compreender como essas perspectivas podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e socialmente referenciadas.

A escolha por desenvolver uma investigação no âmbito do Mestrado Profissional está diretamente relacionada à compreensão da docência como espaço legítimo de produção de conhecimento, reconhecendo o professor como sujeito pesquisador capaz de problematizar sua prática pedagógica e construir saberes a partir de sua experiência profissional. Segundo Paulo Freire (1996), a prática educativa constitui-se como processo dialógico e reflexivo que exige do educador uma postura investigativa permanente, orientada pela busca de transformação social e pela valorização das experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Nesse contexto, a escrevivência apresenta-se como estratégia epistemológica fundamental para a construção desta pesquisa. O conceito, elaborado por Conceição Evaristo (2020), possibilita compreender a escrita como espaço de articulação entre memória, experiência e produção de conhecimento, especialmente nas trajetórias de sujeitos negros historicamente silenciados nos espaços acadêmicos e educacionais. Ao assumir a escrevivência como fundamento metodológico e epistemológico, esta investigação reconhece a experiência do professor-pesquisador como elemento constitutivo da produção científica, rompendo com perspectivas que dissociam teoria e prática e contribuindo para a valorização dos saberes docentes.

A proposta de intervenção pedagógica que fundamenta esta dissertação será desenvolvida em uma escola pública localizada no interior da Bahia, no território de identidade do Vale do Jiquiriçá, contexto marcado por múltiplas expressões culturais e por desigualdades sociais que impactam diretamente os processos educativos. A pesquisa busca compreender como práticas pedagógicas orientadas pela decolonialidade e pela interculturalidade podem produzir deslocamentos nas experiências corporais, identitárias e formativas dos estudantes do Ensino Médio, colaborando para a construção de uma Educação Física escolar comprometida com a valorização da diversidade cultural e com a promoção da justiça social.

Educação Física Escolar, colonialidade e produção de corpos

A constituição histórica da Educação Física escolar está profundamente relacionada aos projetos de modernização social e de construção do Estado-nação, sendo marcada pela incorporação de discursos científicos e pedagógicos que buscavam disciplinar os corpos e promover padrões considerados socialmente desejáveis. Conforme Carmem Lúcia Soares (2001), a inserção da Educação Física no currículo escolar brasileiro ocorreu sob forte influência das concepções médico-higienistas que emergiram no final do século XIX e início do século XX, período em que a educação corporal passou a ser concebida como estratégia de controle social e de formação de sujeitos alinhados aos ideais de produtividade e moralidade.

Essas perspectivas estavam articuladas a projetos políticos que buscavam construir uma nação moderna e civilizada a partir da adoção de modelos europeus de organização social e cultural. Nesse contexto, o corpo tornou-se objeto de intervenção pedagógica e científica, sendo submetido a processos de normalização que buscavam eliminar comportamentos considerados desviantes e promover padrões corporais associados à branquitude e à racionalidade ocidental. Conforme argumenta Michel Foucault (1987), os processos de disciplinarização corporal

constituem tecnologias de poder que operam na produção de subjetividades, moldando comportamentos e estabelecendo normas sociais que regulam a vida coletiva.

A Educação Física escolar, ao incorporar essas concepções, contribuiu para a consolidação de práticas pedagógicas centradas na valorização do rendimento físico e na padronização dos movimentos corporais, limitando o reconhecimento da diversidade cultural presente nas práticas corporais brasileiras. Ghiraldelli Júnior (1991) destaca que a hegemonia do modelo esportivista reforçou a lógica meritocrática e competitiva, privilegiando estudantes que apresentavam maior desempenho físico e contribuindo para a exclusão de sujeitos que não se adequavam aos padrões estabelecidos.

A análise desse processo a partir da colonialidade do poder permite compreender como a Educação Física escolar esteve articulada a estruturas históricas que classificam corpos e saberes a partir de hierarquias raciais e culturais. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade constitui um padrão de poder que organiza as relações sociais por meio da naturalização das diferenças raciais e culturais, produzindo desigualdades que se manifestam nos diferentes campos da vida social, incluindo a educação.

Frantz Fanon (2008) contribui para essa análise ao demonstrar como o racismo colonial produz processos de desumanização que impactam profundamente a construção da identidade dos sujeitos negros. No contexto escolar, essas dinâmicas manifestam-se na valorização de determinados biotipos corporais e na marginalização de práticas corporais associadas às culturas negras e indígenas, contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais e para a invisibilização de saberes produzidos por esses grupos.

A superação dessas limitações exige a construção de propostas pedagógicas que reconheçam a cultura corporal como campo plural e dinâmico, atravessado por diferentes experiências sociais e culturais. Nesse sentido, a decolonialidade emerge como perspectiva teórica e política que busca problematizar os efeitos da colonialidade nos processos educativos, propondo a valorização de saberes historicamente marginalizados e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e cultural.

Escrevivência, Interculturalidade e intervenção pedagógica na Educação Física

A escrevivência constitui-se como proposta epistemológica que rompe com modelos tradicionais de produção científica ao reconhecer a experiência vivida como fonte legítima de produção de conhecimento. Conceição Evaristo (2020), autora do conceito, descreve que a escrevivência representa um movimento de escrita que articula memória, ancestralidade e

experiência social, dando voz a sujeitos historicamente silenciados para que possam narrar suas trajetórias e produzir saberes a partir de suas vivências.

No campo educacional, a escrevivência contribui para a valorização da experiência docente como espaço de produção de conhecimento, possibilitando que professores reflitam criticamente sobre suas práticas pedagógicas e construam saberes que dialoguem com as realidades sociais e culturais dos estudantes. Essa perspectiva está alinhada às epistemologias do Sul, de acordo com Boaventura de Souza Santos (2010), que defende a valorização de saberes produzidos em contextos historicamente marginalizados e a construção de práticas educativas que reconheçam a pluralidade cultural presente na sociedade.

A pesquisa de mestrado que fundamenta este trabalho pretende desenvolver uma intervenção pedagógica em uma turma do Ensino Médio de uma escola pública do interior da Bahia, buscando articular narrativas autobiográficas do professor-pesquisador com experiências pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. A proposta pedagógica será estruturada a partir da construção de sequências didáticas que integrem vivências corporais, rodas de conversa e produção de narrativas sobre identidade, cultura e corporeidade, promovendo o protagonismo estudantil e estimulando reflexões críticas sobre as relações entre corpo, cultura e sociedade.

A interculturalidade crítica, em consonância com Catherine Walsh (2009), constitui-se como projeto político e pedagógico que busca promover o diálogo entre diferentes saberes e experiências culturais, problematizando as relações de poder que atravessam as práticas educativas. Ao incorporar práticas corporais relacionadas às culturas afro-brasileiras e indígenas, a Educação Física escolar pode ampliar as formas de participação dos estudantes e fortalecer processos de reconhecimento identitário.

A metodologia da pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza interventiva e autobiográfica, articulando estratégias de produção de dados como observação participante, registros em diário de campo e produção de narrativas pelos estudantes. Essa abordagem possibilita compreender as experiências pedagógicas a partir das percepções dos sujeitos envolvidos, valorizando a dimensão subjetiva dos processos educativos e reconhecendo a complexidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Formação Docente, prática pedagógica e produção de conhecimento na Educação Física escolar

A discussão acerca da formação docente na Educação Física escolar demanda a

compreensão do professor como sujeito histórico, social e culturalmente situado, cuja prática pedagógica é atravessada por múltiplos saberes, experiências e relações de poder. Tradicionalmente, a formação inicial e continuada de professores de Educação Física esteve fortemente marcada por perspectivas tecnicistas que priorizavam o domínio de conteúdos práticos e metodologias de ensino voltadas ao desenvolvimento do rendimento físico e esportivo. Esse modelo formativo, alinhado a uma concepção instrumental da docência, contribuiu para a reprodução de práticas pedagógicas que pouco problematizam as dimensões sociais, culturais e políticas que atravessam o ensino da cultura corporal.

A compreensão da docência como prática social e política implica reconhecer que o trabalho pedagógico não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve processos de mediação cultural e construção de sentidos sobre o corpo e o movimento. Paulo Freire (1996) destaca que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática e uma postura investigativa e dialógica que permita compreender as experiências dos estudantes e construir processos educativos que dialoguem com suas realidades sociais. Nesse sentido, a formação docente precisa ultrapassar modelos prescritivos e valorizar a produção de saberes construídos no cotidiano escolar, reconhecendo o professor como sujeito produtor de conhecimento.

A perspectiva da escrevivência contribui significativamente para essa compreensão ao possibilitar que professores reflitam sobre suas trajetórias pessoais e profissionais como elementos fundantes de sua identidade docente. Ao narrar experiências vividas no contexto escolar, o professor-pesquisador não apenas registra memórias individuais, mas produz conhecimentos que dialogam com processos coletivos de formação e transformação pedagógica. Em sua reflexão, Evaristo (2020) afirma que a escrevivência nasce do entrelaçamento entre vida e escrita, configurando-se como uma produção literária comprometida com a memória coletiva e com a denúncia das desigualdades históricas, transformando a experiência cotidiana de mulheres negras em matéria legítima de conhecimento e narrativa.

No campo da Educação Física escolar, a utilização da escrevivência como estratégia formativa possibilita problematizar práticas pedagógicas naturalizadas e refletir sobre os processos históricos que influenciam a organização curricular da área. Ao revisitar sua trajetória enquanto estudante e professor, o educador pode identificar como determinadas concepções sobre corpo, movimento e cultura foram incorporadas ao longo de sua formação, possibilitando a construção de novas perspectivas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com a promoção da justiça social.

A proposta de intervenção pedagógica que fundamenta a dissertação à qual este trabalho está vinculado busca articular a formação docente à produção de conhecimento situado, reconhecendo a escola como espaço privilegiado para a construção de saberes pedagógicos. Ao desenvolver práticas educativas fundamentadas na decolonialidade e na interculturalidade, o professor-pesquisador assume uma postura investigativa que possibilita compreender os impactos dessas abordagens nas experiências formativas dos estudantes e na própria constituição da identidade docente.

A decolonialidade, enquanto perspectiva teórica e política, contribui para a problematização das bases epistemológicas que estruturam a formação docente, questionando a centralidade de modelos educativos eurocentrados e propondo a valorização de saberes produzidos em contextos historicamente marginalizados. Aníbal Quijano (2005) argumenta que a colonialidade do saber constitui um dos principais mecanismos de manutenção das desigualdades sociais, uma vez que legitima determinados conhecimentos enquanto deslegitima outros. No campo da formação docente, essa lógica manifesta-se na valorização de teorias e metodologias produzidas em contextos europeus e na marginalização de saberes pedagógicos construídos a partir das experiências culturais locais.

A interculturalidade crítica, segundo Walsh (2009), apresenta-se como alternativa pedagógica que busca promover o diálogo entre diferentes saberes e experiências culturais, contribuindo para a construção de práticas educativas que reconheçam a diversidade cultural como elemento constitutivo do processo formativo. Ao incorporar práticas corporais relacionadas às culturas afro-brasileiras, indígenas e populares, a Educação Física escolar amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece processos de reconhecimento identitário, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais democráticos e inclusivos.

A formação docente orientada por essas perspectivas exige a construção de processos reflexivos que permitam ao professor compreender sua prática pedagógica como espaço de produção de conhecimento e transformação social. Valter Bracht (1999) destaca que a Educação Física escolar precisa ser compreendida como campo de intervenção cultural, no qual o ensino das práticas corporais deve estar articulado à reflexão crítica sobre as relações sociais que atravessam essas manifestações. Nesse sentido, a atuação do professor ultrapassa a dimensão técnica e assume caráter político e pedagógico, exigindo a construção de práticas educativas comprometidas com a emancipação dos sujeitos.

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Física

insere-se nesse movimento ao propor uma intervenção pedagógica que articula ensino, pesquisa e formação docente, reconhecendo a escola como espaço de produção de conhecimento científico e pedagógico. Ao desenvolver sequências didáticas fundamentadas na decolonialidade e na interculturalidade, o professor-pesquisador busca compreender como essas abordagens podem contribuir para a ressignificação das práticas pedagógicas na Educação Física escolar, promovendo processos formativos que valorizem as experiências culturais dos estudantes e fortaleçam o reconhecimento das identidades coletivas.

Nessa conjuntura, a docência assume papel fundamental na construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e com a valorização da diversidade cultural, reafirmando a Educação Física escolar como espaço de produção de saberes e de transformação pedagógica. A articulação entre formação docente, escrevivência e intervenção pedagógica possibilita a construção de processos educativos que reconhecem os corpos como territórios de memória, identidade e resistência, contribuindo para a construção de uma Educação Física escolar mais democrática, crítica e socialmente referenciada.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste trabalho evidenciam que a Educação Física escolar constitui um campo estratégico para a problematização das relações entre corpo, cultura e poder, apresentando potencial significativo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com a construção de processos educativos socialmente referenciados. A articulação entre escrevivência, decolonialidade e interculturalidade possibilita a construção de propostas pedagógicas que reconhecem os corpos como territórios de memória, identidade e resistência, contribuindo para a superação de modelos educativos baseados na padronização e na exclusão.

A pesquisa de mestrado em desenvolvimento busca contribuir para o fortalecimento da Educação Física escolar como espaço de produção de conhecimento docente e de transformação social, reconhecendo a experiência do professor-pesquisador como elemento fundamental na construção de saberes pedagógicos. A intervenção pedagógica proposta pretende promover deslocamentos nas experiências corporais e identitárias dos estudantes, ampliando suas possibilidades formativas e fortalecendo o reconhecimento das identidades culturais presentes no contexto escolar.

Ao assumir a escrevivência como estratégia epistemológica, a pesquisa reafirma a importância de reconhecer as narrativas docentes como espaço legítimo de produção científica,

contribuindo para a valorização dos saberes produzidos na prática pedagógica e para a construção de uma Educação Física escolar comprometida com a justiça social, a diversidade cultural e a emancipação dos sujeitos.

Referências

BRACHT, Valter. *A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física*. Ijuí: Unijuí, 1999.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.